
POLITICA

CHAMUS



1 9 2 9

Ano I

N.º 5

SECRETARIO DE REDACÇÃO — *Antonio do Amaral Pyrraut* (F. D. U. L.)

ADMINISTRADOR — *H. de Mendonça Dias* (F. D. U. L.)

EDITOR — *Fialho Barreto* (E. S. M. V.)

PROPRIEDADE — SOCIEDADE NACIONAL EDITORA, LTD.^a (Em organização)

REDACÇÃO E ADMINISTRAÇÃO

Rua do Sol a Santa Catarina, 40-A, 1.^o

COMPOSIÇÃO E IMPRESSÃO

Tipografia Inglesa, L.^{da} — Rua Eugénio dos Santos, 118 — LISBOA

SUMARIO

Fascismo e Catolicismo	<i>José Pequito Rebello</i>
Henry Massis	<i>Eugénio Moreno</i>
Município... ou não	<i>Luiz Chaves</i>
congresso Beirão	
Arte.	<i>A. de Mendonça-Dias</i>
falou o Papa	
de Letras	
ao ritmo da Ampulheta	

ASSINATURAS

(Cada serie de 10 numeros)

Continente e Ilhas	10\$00
Provincias Ultramarinas	15\$00
Estrangeiro	20\$00
Numero avulso	1\$50

Este numero foi visado pela Comissão de Censura

Política

REVISTA QUINZENAL

ORGÃO DA JUNTA ESCOLAR DE LISBOA DO INTEGRALISMO LUSITANO

Director — A. de Mendonça-Dias (F. S. U. L.)

Lisboa, 15 de Julho de 1929

Fascismo e Catolicismo

I

DEPOIS dos acordos lateranenses, o meu coração de nacionalista e de católico exultou, por vêr realizada através da reconciliação entre a Santa Sé e a Itália, uma mais larga comunhão entre o ideal cristão e o fascista.

Esse retumbante acontecimento, que o mundo inteiro cercou de admiração e regosijo, era para mim como que um sinal da perfeição dos tempos; uma era de absoluta integridade material e moral parecia raiar no mundo; num século de tendências pagãs, entregue à anarquia mansa ou sanguinolenta, ao menos um país (e não qualquer, o próprio centro tradicional da civilização) nos parecia oferecer o modelo da ordem restaurada em Cesar e em Deus, a fórmula perfeita da civilização material e moral.

A esta luz de optimismo, que emanava da actualidade, era permitido lançar ao passado de novo o olhar: a obra revolucionária e guerreira da unidade italiana é claro que deverá ser sempre considerada pela consciéncia de um católico como violadora de direitos, atentatória da magestade suprema e sacratíssima do Papa-Rei; decerto podemos pensar que foi a imperfeição dos homens que fez que só fosse possível por esses meios violentos e imorais a realização do ideal da unidade italiana, decerto legítimo; e também que certamente um caminho existiria no conjunto das eventualidades da história em que fôsse possível, sem sacrilégio, a ressurreição da Itália una: não nos é lícito por exemplo imaginar o que seria o *risorgimento* com o espírito fascista, como teria sido um *risorgimento* em que uma pura italianidade tivesse despertado, sem mistura de influéncias parlamentaristas, democráticas, anticlericais, maçónicas, influéncias não italianas, porque irradiaram de além dos Alpes, da Alemanha, da França, da Inglaterra?

I

POLITICA

O *risorgimento*, porém, foi o que foi; e deixando à infinita jurisdição do tribunal divino o seu julgamento moral, agora constatávamos com alegria que a Providência tinha consumado a sua obra através das imperfeições humanas: Roma agora já pertencia legitimamente aos italianos. Um Papa, cheio de fortaleza e de espiritualidade, generoso e maternal, renunciara praticamente ao poder temporal na forma concreta e histórica de um estado com potência da ordem da potência dos outros estados, embora do poder temporal subsidiário da soberania espiritual mantivesse a essência; renunciara a Roma em favor da Itália, contentando-se com a cidade do Vaticano, como se afinal reconhecesse que são sempre insignificantes quaisquer renúncias territoriais de um Estado que por assim dizer não existe tanto em superfície, como em profundidade e altura, guardando a mais rica tradição moral da humanidade e a própria Revelação divina, ligando a terra ao céu em Torre eterna e inexpugnável, sustentando uma luz que é a própria luz do mundo...

Sim, pelo lado do Papa, sem dúvida possível, a conciliação só fazia brilhar mais vivamente a espiritualidade, a divindade da Igreja!

Mas pelo lado italiano, pelo lado humano e social, como compreender esta entrada de um governo nacional e civil de Roma que em Roma, esta plena posse moral e jurídica que os acordos de Latrão lhe asseguraram? Não é Roma, mesmo abstraindo do seu carácter católico, uma cidade sacra, imperial, universal? E não pareceria assim mais conveniente, mesmo no ponto de vista humano, no ponto de vista da dignidade civil que em Roma reinasse um Papa de preferência ao Rei de uma nação, mesmo que esse Rei e essa nação sejam a nobilíssima Itália e o seu nobilíssimo Rei? Ora, tão harmoniosa me parecia a combinação da Providência, que até essa dificuldade me parecia resolvida pela letra e pelo espírito da conciliação: ao tomar plena posse jurídica e moral de Roma, *ipso facto* a nação italiana assumia o carácter imperial; ou melhor, esse carácter imperial já existia implícito no fascismo, e por o fascismo conter em si essa essência imperial, é que mereceu fazer a conciliação, é que teve o poder realizador de fazê-la, é que se revestiu da dignidade imperial inerente a essa realização.

Mas que loucura magnânima quere a minha imaginação? De novo um imperador em Roma e, violando séculos de história, as legiões de novo percorrendo as marchas do Império? Não, simplesmente eu reconhecia no fascismo o seu carácter incontestável de ressurgimento da civilização perfeita, de restauração integral do homem que em longos tempos de anarquia e de *morbus democraticus* abdicara de si mesmo; eu reconhecia no fascismo o seu irrecusável poder de irradiação para além das próprias fronteiras, por apresentar o exemplo, o modelo para a solução do problema da civilização; serviço imperial fez o fascismo ao surgir, pondo uma barreira à nova invasão slava ou asiática; função imperial exerceu o fascismo fazendo da Itália o campo de experiência da Nova Ordem, da civilização defendida e consolidada, desenterrando

das fecundas entranhas da terra itálica, o Homem-Novo, na plenitude da sua vida social, espiritual e cívica, como já outrora das mesmas fecundas entranhas foram desenterrados, nos tempos da Renascença, os modelos clássicos da simples beleza plástica, corporal; tôda essa eficiência, tôda essa benemerência imperial do fascismo, porém, só seria completa se o fascismo, consumando-se, sublimando-se, tornando se superior a si mesmo, e ao mesmo tempo procurando através das relatividades o único Absoluto, fôsse o instrumento de um acôrdo entre Deus e o homem, entre a Igreja e o Estado.

A mentalidade unitária do fascismo que se revela, por exemplo, na solução dada à questão social pelo corporativismo que em vez de estabelecer a premissa da luta das classes estabelece ao contrário o principio da unidade do interêsse económico que é comum a todos os elementos da produção, parece que devia também dar à questão religiosa a solução da ortodoxia, afirmando em vez da ideia de opposição entre a Igreja e o Estado, o postulado da sua necessária harmonia.

Assim intensificado, exaltado, espiritualizado pelo reflexo religioso o ideal fascista se tornaria, consumadamente, um ideal verdadeiramente, universal, o tipo da civilização, impondo-se aos países do meio da Terra com irresistível irradiação, numa forma de primado civil e espiritual, de imperialismo menos de autoridade política do que de espontânea aceitação, mais de qualidade e prestígio moral do que de quantidade e de força.

Não seriam as legiões tecendo pelas estradas romanas, de novo, uma gigantesca rêde de ocupação militar subjugando o mundo a Roma: mas sòmente uma universal e pacífica conflagração de todos os países que essas legiões outrora civilizaram, numa renascença geral da autoridade, restabelendo na liberdade das respectivas fronteiras, êsse património venerando de civilização que no seu sub-consciente colectivo todos mais ou menos tinham latente, sob as cinzas inglórias de séculos de decadência e de democratismo...

O novo imperialismo latino não precisaria de ser um imperialismo de absorção política, de conquista concentradora, porque a sua zona de acção abrange raças nobres de tradição romana e de formação católica, que por isso mesmo possuem a integridade dos elementos da civilização, embora latentes, os quais agora não têm que ser creados, mas apenas precisam de ouvir a palavra de ressurreição política que o fascismo dá... Reerguidos todos pela revolução fascista, revolução não de indivíduos, mas de Estados, todos êles formarão um império sem governo central, uma livre amfictionia de espontânea aliança para a defesa do ocidente, deixando as formações massivamente imperialistas a outras zonas do mundo de menos rica tradição civil: o bloco slavo, o bloco norte americano, etc.

A maneira guelfa em que as comunas, sob o patronato moral do Papa, se ligavam contra os germanos bárbaros e o seu imperador, se

POLITICA

fizesse tambem agora o tácito entendimento, não já das comunas itálicas, mas das naoes latinas, restituidas à sua natureza política, conscientes da sua alta civilizaao, defendendo-a contra os impérios invasores, sob a égide moral do Papado.

E tanto mais verosimil parecia a aceitaao desta orientaao pela Itália, quanto atitude não contrária a diplomacia fascista tem tomado nos concelios mundiais: ainda há pouco na Sociedade das Naoes o delegado italiano se fazia o campao de uma honrada liberdade economica para as naoes, contra a tendência das grandes concentraoes industrialistas, dos imperialismos plutocraticos, que desejariam dar ao mundo a natureza monstruosa e o nome bárbaro de *Trust!*

Como respondeu o discurso de Mussolini, discurso interpretativo da Conciliaao, em que se marcam as directivas da política religiosa do fascismo, a estas generosas aspiraoes de um nacionalismo que creio poder qualificar de nacionalismo cristão?

José Pequito Rebello.

PARA MEDITAR...

Assistimos ao afirmar dum instinto de vital conservaao para as patrias europeias, roidas durante mais de cem anos pela gafa cancerosa da democracia. Em presença do apelo unánime, tanto da inteligencia como da produao, para a coordenaao comum dum chefe (e na verificaao de semelhante fenomeno Lenine e Mussolini equivalem-se), a unidade do Estado aparece-nos como custódia e fiel dos diversos pluralismos em que a sociedade volta a exprimir-se, depois de refeita da desorganizaao mortifera para onde o romantismo político a atirara. Se a Ditadura traduz assim a directriz dominante na transformaao visível dos sistemas e métodos governativos, no é menos certo que a intensificaao das funoes concentradoras do Estado é acompanhada pelo crescimento vigoroso do sentido colectivo da vida individual, que o século passado desconheceu, ou pelo menos, não quis conhecer, mas a cuja onda impetuosa já não é possível resistir-se.

ANTONIO SARDINHA

(Da Hera nas colunas, pág. 21)

Henry Massis

COUBE este ano o Grande Prémio de literatura, a mais alta distinção literária concedida anualmente pela Academia Francesa, a Henry Massis. Crítico e polemista da Contra-Revolução, é como tal que importa traçar na nossa revista algumas linhas da sua biografia intelectual.

Novo (pois tinha dezoito anos apenas), ainda aluno do liceu Condorcet, publica Massis o seu primeiro livro, — *Comment Emile Zola composait ses romans* e vai depô-lo nas mãos de Anatole France como homenagem para quem mais fortemente iam as suas simpatias intelectuais. O encontro encarrega-se porém de mostrar o abismo que separa o velho mestre zombeteiro e scéptico e o novo, símbolo da sua própria geração ávida de certezas; e com o encontro vem o desencanto; e com o desencanto a ruptura triste, mas necessária. Então é ao pé de Barrès que se refugia a sua inteligência. E' a sua segunda fase que começa. Com ela vem a campanha contra a Sorbonne em 1912 e o inquérito em colaboração com Alfred Tarde no meio da mocidade intelectual de 1913 e intitulado *«Les Jeunes Gens d'aujourd'hui»*. Na primeira, a sua pena mordente atacava os velhos idealistas que pontificavam na universidade gloriosa: um Thalamas, um Aulard, um Seignobos, um Seailles. Baixos e incondicionais servidores de uma democracia imprevidente e assassina, eles eram pacifistas, anti-católicos, anti-militaristas. Numa palavra: anti-franceses. A reacção era portanto necessária. E a reacção veio. Veiu intelectualmente e fisicamente. Intelectualmente com as campanhas célebres de Lasserre, Benjamim e Massis. Fisicamente... Tendo o governo francês encarregado Thalamas de numa sala da Sorbonne fazer conferências insultuosas para Joana d'Arc, era o velho mercenário assobiado e por fim copiosamente pontapeado pela mocidade da Action Française, comandada por Maurice Pujo, na própria sala das suas conferências.

Aulard, falsificador dos textos da Revolução francesa, via-se denunciado por um colega seu e dissecado impiedosamente às mãos dos seus próprios discípulos: um Cochin, um Laurentie, um Mathiez!

Por fim, Gabriel Seailles, que da mocidade do *avant-guerre* dizia desprezivelmente que *«on peut quarante années durant mourir pour la Patrie sans se porter plus mal»*, via-a partir, resoluta, um ano depois para o sacrificio quasi inútil e glorioso. E com ela partia Massis, tendo um ano antes no seu inquérito á mocidade focado o levantamento moral nela operado pelo esforço glorioso e genial de alguns velhos mestres: um Bourget, um Barrès, um Daudet, principalmente um Maurras. Ferido no *Front*, era Massis pelos fins da guerra enviado para o Próximo-Oriente, com uma missão militar francesa. E na Semana Santa de 1918, enquanto a artilharia dos alemães bombardeava Paris, Massis, católico

POLITICA

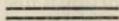
praticante, resava sôbre o Santo Sepulcro. Daí nos vieram algumas das suas páginas de mais alta emoção.

Acabada a guerra vem a nova ruptura e esta com Barrès. Com Barrès que ao contrário da sua própria frase «*il faut aller jusqu'au au bout de notre pensée*» não se decidira a concluir nem em religião, nem em política. E com a ruptura a sua nova posição ao pé de Maurras, definitiva. De então data a publicação dos seus «*Jugements*» que o firmaram como o crítico da sua geração; a sua resposta em nome do partido da Inteligência ao manifesto do grupo derrotista «*Clarté*»; o seu lugar, enfim, como um dos fundadores com Bainville da *Revue Universelle* e por fim o seu volume «*la Défense de l'Occident*» em resposta ao caos e á indigência intelectuais da Alemanha do *après-guerre* que se servia das velhas culturas orientais para amesquinhar a suprema cultura greco-latina; volume êsse que apesar das deficiências e exageros próprios do momento teve como galardão melhor o ter sido atacado por todos os inimigos da latinidade e com ela da própria Civilização.

Assim, para melhor o definir, diz um crítico francês que é preciso falar de acção espiritual quando se trata do Massis católico e de acção intelectual quando se trata do Massis escritor.

Exultemos pois vendo nessa alta distinção concedida a Henry Massis um sinal dos tempos; o sinal de uma geração que sobe por sôbre as ruínas das democracias malélicas e corruptas, o de uma geração equilibrada e latina, que quer reconstruir.

Eugénio Moreno



Em face da galhardia com que os nossos polemistas de Seiscentos... combateram, contra o Direito Romano dominante, o conceito patrimonial do Estado, não nos aventuraremos a uma afirmação leviana se os saudarmos como os precursores das modernas correntes nacionalistas. Sustentavam já êles então, contraditando as copiosas apologias filipinas, divulgadas por tôda a Europa, que "os Reis foram feitos para os povos, e não os povos para os Reis." E, porque outros não eram as lições e os ensinamentos dos Jesuítas, compreendemos agora porque, um século a seguir, o marquês de Pombal os expulsaria por "*monarcômanos seguidores dos republicanos.*"

ANTÓNIO SARDINHA

(Da *Hera das colunas*, pág. 246)

Município... ou não

FALA-SE muito agora da reorganização dos municípios. Ignoro qual seja o sentido em que a ordenação municipal se orientará. Ou ela obedece às necessidades palpantes da vida regional, e será um benefício para o país; ou falta aos compromissos entre o Estado e a Nação pelo desrespeito daquele pelo interesse desta, e é mais uma prova de alienação e apartamento.

Na resposta scintilante de Jesus aos fariseus, que o experimentavam traiçoeiramente, o Justo definiu os campos: — *dai a Cesar o que é de Cesar, e a Deus o que é de Deus* (Ev. de S. Mateus, XXII. 21, de S. Marcos, XII. 17, e S. Lucas, XX. 25).

Tambem nestas reformas, sobre tudo na municipal, deve o reformador dar ao Estado o que ao Estado pertence, restituir à Nação o que lhe a ela pertence e lhe foi arrancado.

Nada ha de mais fundamentalmente orgânico do que o Município, nada portanto de mais nacionalmente interessante do que a boa constituição municipal.

Entre o Estado, entidade abstrata, e a Nação, aglomerado social, está o município. Consoante fôr o Município, assim é o Estado; conforme sejam as liberdades concedidas ao Município e pelo Estado respeitadas, assim a Nação prosperará com o Estado. E este não tem que cingir a si a Nação, mas viver cingindo-se a ela, que essa é a sua função.

A obra a fazer deve de ser abertamente renovadora. Na história municipal ha lições a colher. O Município de hoje porém não pode ser nem a pequena comuna medieval com a sua legislação centrifuga e limitada, nem a unidade tributária a que a perda final das liberdades locais o reduziu.

Essa organização ou é ou não é; ou se faz, e dá ao Município a sua função própria, ou, fóra disso, não se faz.

O que produziu a queda do municipalismo foi a centralização dos seus poderes nas mãos do Rei, quando, para ser reformada a sua poliformização anárquica, perdeu a essência da sua fôrça e do seu direito. A reforma constitucional apenas agravou o problema, fazendo intervir o município na política do Estado.

A decadência portugêsa não vem do virus da Companhia de Jesus, a quem pelo contrário devemos o alento no Império Ultramarino e nos momentos mais graves da nossa história. Vem de um excesso de desgaste, na desproporção da obra formidável, e vem, como o acusa o Velho do Restelo no IV canto de *Os Lusíadas*, da fúria heroica do despoçamento do reino antigo, do consumo de fazendas, da corrida para o incerto e incognito perigo, — causas fundamentais que António

POLITICA

Sérgio, em seus estudos económicos, formulou no excesso do transporte sobre a riqueza.

Quem mais sofreu com a actividade marítima foi o município interior, em proveito do município litoral, a agricultura em beneficio da navegação.

A riqueza nacional provém da melhor actividade na exploração das riquezas da terra. Não é o Estado quem a cria, mas quem a usufrue. Nação rica, Estado rico, tem de ser o lema equilibrante.

Ora, quem mais em contacto está com a terra, e por isso está em posição de fiel, é o município. Exija-se ao Município o que deve de se lhe exigir pelo que êle representa na economia do país, mas dê-se-lhe previamente a autonomia necessária e concordante.

O Estado, qualquer que seja o seu conceito, é constituído pela multidão de interesses associados e não pelo conjunto de individuos dispersos. Compete-lhe proteger êsses interesses múltiplos, que formam em globo o interesses nacional, harmonizando-os e canalizando-os na valorização geral. Pelo que se depreende a vantagem da boa organização do município.

Ao contrário das classes estratificadas no direito antigo e da pulverização das classes no seu significado actual, os municípios devem de ser agregados comunitários, onde, se pode empregar-se lingoagem algébrica, o município é função dependente das numerosas invariantes que são as diferentes e convergentes formas de actividade.

O município, até mesmo na organização financeira do país, tem de representar, como bom mediano que é entre o Estado e a Nação, um papel preponderante. Todos sabem que difficil e complicada é a engrenagem burocrática, e, mais que nenhuma, a das nossas repartições de finanças onde todo o pessoal é de somenos e todo o tempo não demais. Pois o município, entidade diferenciada, e o Estado entidade indiferenciada e geral, hão-de marcar neste campo a sua actividade.

O município recolhe, é por assim dizer o tesouro regional, producto das convergências das classes activas que nele realizam riqueza. O Estado, interesse comum, recolhe o que por lei não comum e absoluta, mas geral e relativa, os municípios,—a região,—têm de entregar para as despesas da Nação nele representada. Simplifica a máquina e equilibra os direitos reciprocos entre a Nação, parte activa, organizada divisoriamente no seu município (terra e grei), e o Estado organização de conjunto.

Factor administrativo, em que a autonomia é concedida ao município, e só assim pode falar-se de municipalismo,—factor moral de incentivo local e de fixação,—factor pedagógico de ensinamento social na interdependência de interesses, objectivado na governação e enriquecimento do município,—factor económico de desenvolvimento da produção regional,—factor financeiro de coordenação de receitas,—factor de equilibrio entre os interesses regionais e o interesse Nacional,—o município tem de ser organizado cuidadosamente.

Ha óbices a evitar ou atenuar? Ha. Nem centralização nem dispersão; nem descongestionamento absoluto, nem absolutismo do município. Uma boa lei orgânica geral prevenirá os excessos da individuação.

Mas sempre: dar ao Estado o que é do Estado, ao Município o que é do Município. Ou assim, ou não.

Luis Chaves

CONGRESSO BEIRÃO

Não podia a nossa revista deixar de seguir com simpatia os trabalhos deste congresso. A sua feição regionalista está de acôrdo com os princípios que o Integralismo não se tem cansado de espalhar e só nos confrange a incoerência dos que, dizendo-se democratas, acompanham estas reuniões, em conflito declarado com os princípios da pura democracia. Pois não foi o liberalismo que extinguiu as províncias, substituindo-as pelos distritos, para em tudo macaquear a Revolução Francesa? Não foi Mousinho da Silveira, o legislador liberal, coerente até á medula, quem criou o Estado centralista que nos asfixia?

Combater, pois, pelo regionalismo (a não ser que se trate de flôres de retórica, como temos visto em muitos congressos... regionais) é combater, como bem o acentuou Rolão Preto neste congresso, por uma reforma do Estado em moldes diferentes dos actuais.

O IV Congresso da Beira foi uma bela manifestação de fé, foi uma grande parada de forças, foi uma afirmação de inteligência e consciência regionalista e do valor, da actividade e da riqueza das três Beiras.

Saudamos a grande provincia de Portugal, fazendo sinceros votos pela satisfação das suas justas reivindicações; e desejando que em breve a Beira, como todas as nossas províncias, seja uma realidade administrativa e não a escrava do Terreiro do Paço, registamos com justificada satisfação a aprovação dada à tese de Hipólito Raposo sobre «Ensino corporativo e ensino oficial», na qual se reivindica o *Estado corporativo*, e os aplausos com que foi acolhida a tese de Rolão Preto sobre a reforma do Estado e a descentratização administrativa, tese que afinal nada mais representa do que a concretização luminosa da aspiração de puro regionalismo que vive na alma dos beirões.

Aos nossos ilustres amigos, snrs. Drs. Hipólito Raposo e Rolão Preto, apresentamos sinceras felicitações pelo brilhante successo alcançado.

O snr. dr. Hipólito Raposo apresentou uma tese sobre monumentos nacionais, que tambem foi aprovada.

Da sua tese, a que já nos referimos, sobre «Ensino corporativo e ensino oficial», transcrevemos o seguinte :

«A supressão das antigas corporações de artes e ofícios, em 1836, impôs ao Estado o encargo de mestre de todo o trabalho manual e mecânico.

O ensino que se dava com a educação, metódicamente, nas lojas dos mestrais, começou a ministrar-se em escolas burocratizadas, em longos programas e por numeroso pessoal.

O Estado, ao proclamar a liberdade do trabalho, do mesmo passo, legitimava a liberdade de trabalhar mal ou de permanecer ocioso.

Os graus tradicionais das oficinas, aprendiz, oficial e mestre, foram abolidos na lei, mas, subsistindo desde então na linguagem vulgar, nem pôde impedir até hoje que o aprendiz se considere oficial, ou que o oficial, sem provas nem competência, abra loja de mestre.

Os chamados Offícios Mecânicos estão em decadência há perto de um século. Perdeu-se o gosto da perfeição e do bom acabamento e generalizou-se a fancia; a lantejola do embuste substituiu o oiro do trabalho honrado; os diversos artefactos, desde o cesto de verga á tenaz do lume, dos sapatos ao livro encadernado — tudo piorou num progresso quasi annual de falsificação. A dignidade do trabalho succedeu a avidez do lucro; ao bom nome do artífice, a fortuna do negocio.

Não foi só a concorrência da maquina que perturbou a mão d'obra : alem dessa, cumpre salientar as causas morais, como são a ausência de espirito corporativo, a falta de sanções profissionais, de estímulos de aperfeiçoamento e outros.

Cada qual começou a fazer o pior que sabia, para lucrar o melhor que podia.

As providências de Pombal, de Pina Manique, as de 1836, 52, 64, 84, 86, 91, 96, 98, 901, 911, 913, 916, 918 e outras muitas, antigas ou de data recente, testemunham por parte do Estado a intenção de desenvolver o ensino profissional nos seus três graus; mas o capitulo da historia da pedagogia portuguesa, referente a este ramo de educação, condena sem apêlo o ensino oficial que há perto de um século vem sendo ministrado em cidades e vilas importantes, se exceptuarmos duas ou três escolas em que prevaleceu a regra e a orientação do Poder, a dedicação consciente dos seus directores.

Reconhecendo-se que uma das causas do nosso atrazo é a deficiente preparação dos operários nas artes e ofícios que exercem, em prejuizo dos chefes de industria, dos patrões, dos simples particulares e da economia pública, é dever chamar a atenção do Estado para este grave aspecto da actividade nacional.

A organização do trabalho pela sistematização profissional tem de ser um dos fundamentos do Estado Novo na Europa, restabelecendo-se as corporações de ofícios nas bases aconselhadas pelas condições da vida moderna, corrigindo-se os desmandos e imperfeições do trabalho livre, pela disciplina e pela direcção geral do sindicato.

Nesta aspiração, propõem-se e defendem-se as seguintes teses :

I — O regimen de livre concorrência profissional, decretado em 1836, com a extinção das corporações de artes e ofícios, não se traduziu em beneficios para a perfeição dos productos, nem para a elevação da dignidade do trabalho.

II — As escolas profissionais criadas pelo Estado para suprir e alargar o ensino dos mestres nas oficinas, não corresponderam, na sua generalidade, ao pensamento do legislador, aos esforços nelas empregados e ao dispêndio com elas feito pelo tesouro público.

III — O Estado deve proceder immediatamente á organização corporativa do trabalho em tôdas as profissões e, designadamente, na industria, a fim de que seja restaurado o ensino dos ofícios e se torne possível estabelecer o justo salário, extinguir as legiões dos sem trabalho — abater a tirania capitalista, que só conhece direitos, e a tirania vermelha do sindicato revolucionário, que não conhece direitos nem deveres.

Da tese do snr. dr. Rolão Preto, que causou merecida sensação, pelo desassombro, pela lucidez e pela mentalidade robusta que revela, e que é um índice do que podem fazer pelo país aqueles que, servindo o Integralismo Lusitano, o fazem em serviço do Interêsse Nacional, dessa tese brilhantissima fazemos as seguintes transcrições:

«Aqueles que, por comodismo, por inércia, ou por scepticismo entendem inútil a realização dos «congressos regionalistas» esquecem a grande virtude destas assembleias, que reside, sobretudo, no impulso que elas dão ao largo movimento nacional que reclama a Reforma do Estado, buscando-a na restauração das liberdades e prerrogativas municipais e regionais.

Evidentemente, os resultados immediatos que muitos creem descontar destes congressos denota um optimismo exagerado que muitas vezes é motivo para a descrença dos que lhes observam as esperanças na curva do regionalismo nacional. Todavia, o caminho andado ultrapassou já certas etapas que dão uma segurança e uma firmeza definitivas à nossa esperança regionalista.

Nesta hora de reconstrução nacional, em que o problema da Reforma do Estado se põe com nitidez e insistência para todas as correntes de opinião, tem decerto um alto interêsse que os beirões, reunidos em côrtes gerais das três Beiras, estudem e façam chegar ao poder central a expressão desassombrada do sentido em que desejariam que essa reforma fôsse feita.

A descentralização administrativa que todos reclamamos unidos e inabaláveis em Aveiro, em Coimbra, em Viseu ou Castelo Branco, só nos poderá vir, contudo, de Lisboa...

Eis a verdade maior, a verdade essencial que cumpre não esquecer no decorrer dos trabalhos do IV Congresso das Beiras.

I — A Economia Moderna, colectiva, social, substituindo-se à Economia Individualista, dita liberal, transformou o conceito de Estado.

II — O Estado era o índice das formações políticas e tende hoje a ser o órgão das forças económicas e sociais.

III — A génese das Ditaduras e a transformação das organizações políticas nos países constitucionais demonstra a tendência do novo conceito de Estado.

IV — Centralizador por necessidade política, o Estado, sob a pressão das necessidades económicas modernas, desloca-se no sentido duma Reforma da representação e da reconquista das liberdades corporativas, sindicais e regionais.

I — Todas as formações políticas, desde os «conservadores» mais inertes ao «marxismo» revolucionário, consideram falido o velho conceito do Estado e preconizam a sua Reforma.

II — O Estado Moderno tem uma função moral cada vez maior e uma missão administrativa cada vez mais limitada.

III — Rodeado de Conselhos técnicos e limitado pelas liberdades regionais, municipais e corporativas, o Estado moderno será forte, competente, descentralizador.

O trabalho do snr. dr. Rolão Preto termina pelas seguintes conclusões:

O Congresso, reconhecendo o movimento de revisão político-social-económico europeu, preconiza com êle a reforma do Estado centralista e burocrata;

O Congresso, de acôrdo com as imposições da Economia Moderna, entende que a Reforma do Estado deve ser feita no sentido provincial, regional, municipal, sindicalista e corporativo;

POLITICA

O Congresso entende dignas de estudo, como base da descentralização administrativa, as conclusões seguintes:

I — Província — com uma assembleia provincial, formada de representantes directos dos municípios, representantes das Federações de Sindicatos Regionais simples, representantes de corporações regionais; Câmara de Comércio, conselho de técnicos do comércio e indústria; fomento agrícola; Câmara Sindical e arbitragem nos delictos de trabalho.

II — Regiões Económicas formadas de sindicatos simples, corporações, sindicatos mistos, federações de sindicatos regionais.

III — Município formado de representantes eleitos das freguesias, representantes directos dos sindicatos e corporações.

A R T E

III

M A S O D E S P E R T A R P R I N C I P I A

NUNCA o sentido estético do equilibrio, que constituiu em todas as idades a mais representativa e a mais nobre parcela da arte, foi tão esquecido e incompreendido, como no século XIX. Período de intenso e desordenado movimento reformador, num constante e destrutivo brotar de utopias que iam de encontro ás velhas tradições, falsas doutrinas que desnacionalizavam, e destruíam os costumes antigos, esse século *portentoso*, julgando-se senhor de novas luzes que ofuscariam o pensamento antigo, pretendendo crear novas doutrinas sociais e filosóficas, quebrando bruscamente aquellas tão nobres relações de continuidade com o passado, sem o que, perigoso se tornou sempre prosseguir, nada produziu em matéria de arte, de novo nem de grande, em especial daquela grandeza que se não exprime nas proporções mas de facto no seu verdadeiro significado social e educativo.

O espólio do século XIX no campo da arte, para apenas focarmos este flanco da sua mal equilibrada contextura, representa em boa crítica, e nêsse ponto todos são concordes, a mais completa bastardia do bom-gosto, a mais extraordinária falência, a mais retumbante confusão estética, aniquilamento quasi completo do senso artistico que caracterizára em outros tempos a verdadeira arte, quando expressão de Fé e de communicativo nacionalismo, que o foi durante tantos séculos.

Mas o que caracteriza com verdade o pensamento do século XIX, é a sua tendência acentuadamente destruidora, que tudo arrasa sob pretextos futeis, tudo deturpa, mascarando muitas vezes nos seus *célebres*, restauros, antiquíssimas ossaturas architectónicas, que assim perdiam o va-

lor da sua propria e primitiva traça, nivelando-se, num principio igualitário, a insignificantes construções sem nobreza, sem dignidade, despidas de interesse histórico e artistico. E o patrimonio de Portugal, nos seus mosteiros, nas suas velhas capelas, levantadas no torrão lusitano pela fé antiga dos portuguezes, vai derruindo sob a acção dissolvente, anti-cristã dos inimigos da tradição, e tão louca é essa onda derrotista, tão desordenada, tão perversa e repugnante nos seus feitos, que mais parece o despeito mal sofrido dos homens de *oitocentos*, desalentados ante a incapacidade absoluta de continuar a obra dos séculos anteriores, de que se tinham isolado numa attitude de dignidade ridicula e pretenciosa, despeito enorme que os levava a arrasar pedra por pedra as manifestações da arte antiga, testemunhas do pensamento antigo e do ideal antigo, para que se não pudessem estabelecer confrontos.

E assim derruem claustros, abandonam-se igrejas, desonram-se os túmulos dos cavaleiros antigos de tal modo que, o cofre tumular que guardava a ossada de Egas Moniz é transformado em pia de um bebedouro público e os vereadores dos municipios de Portugal, num desrespeito completo pela antiguidade dos seus monumentos architectónicos, numa ignorância e num desinteresse pasmoso, com o pretexto de embelezamentos locais, tantas vezes mesquinhas obras de mau gosto, num plano comum de destruição dos vestigios dum passado glorioso, vão arrazando sem o menor decoro, tudo o que se lhes opõe á realização das obras do seu pelouro, traçando e talhando á larga com um desassombro inconcebível.

E o mau gosto vai alastrando e não contente com ir destruindo o que existia de nobre em matéria de arte antiga, deturpa e transforma todos os aspectos da vida portugueza e a nossa paisagem rustica, para que se fôra criando um tipo architectónico proprio, que provinha da região, pesado e austero nas provincias do Norte, de sólidas cantarias de granito lavrado, leve e claro com enormes planos de cal, para as bandas do Sul — vê-se assaltada pelo inadequado e pretencioso *chalet* que tão mal vai com os nossos campos soalheiros e luminosos.

Mas o mal é geral e o aspecto das nossas cidades vai-se modificando tambem, perdendo todo o seu pictoresco, todo o seu caracter e não só as edificações novas são construidas pela traça moderna, importada do estrangeiro, naquele péssimo gosto que por toda a parte apparecia, manifestação evidente da crise de um ideal levantado que norteasse os artistas, mas para completar a obra de ruína, as nossas antigas edificações são deturpadas ainda nas suas linhas mais nobres, nas suas características próprias, e os beirais de têlha portugueza, tão expressivos e tão curiosamente communicativos, são substituidos, com uma generalidade espantosa, por horrendas platibandas de gosto francês.

Mas no entanto o século XIX que representa a synthese ou o desfecho daquele vergonhoso movimento já de antes iniciado, sem elevação, sem dignidade ou nobreza que esquecia as tradições, profanava templos

e deixava os ossados dos nossos herois ao abandono, não quiz terminar os seus dias sem fazer convicto o seu acto de contrição em que as suas maiores mentalidades na crítica da arte, clara e vincadamente apontavam como necessário o regresso á arte dos nossos dias, do tão nobilitante equilibrio estético antigo.

E o periodo de decadência artistica parece ter acobado e que de facto, para hora nossa, depois de um mau século, de perdição e de ruina, uma nova era principia, num esperançoso despertar no interesse com que já se olham as manifestações da arte portugüesa antiga, no uso moderno e criterioso do azulêjo, no abandono, em boa parte do ferro fundido que ia destruindo a tão bela arte da forja, compreendendo-se que ha maior nobreza numa modesta grade de ferro forjado, sem pretensões decorativas, do que nas pretenciosas obras moldadas em formas, sem interesse e repetidas milhares de vezes pelo mesmissimo molde que tudo igualava, no utilitarismo deploravel que caracterizou o século.

Foi essa áncia nacionalista, que já ao findar do século XIX, pretendia um Portugal portugüês, reintegrado nas suas tradições abandonando estrangeirismos desprimorosos e indignos de que não necessitava, que entrando francamente e com desassombro no velho caminho da tradição, tornou possível o renascimento da casa *portugüesa* de tal modo que, de novo em Portugal vamos tendo a impressão cada vez mais vinctada de que somos portugüeses.

A. de Mendonça-Dias

FALOU O PAPA

Desejariamos archivar na nossa revista a notabilissima carta com que o Sumo Pontífice responde ás infelizes considerações... parlamentares de Mussolini a propósito do acôrdo de Latráo.

Não nos permitindo a falta de espaço a sua transcrição na íntegra, limitamo-nos a chamar a atenção dos nossos leitores para os pontos doutrinaes que abaixo publicamos, segundo a tradução das Novidades :

... Mesmo na Concordata estão em presença, se não dois Estados, certissimamente duas Soberanias plenas, isto é, plenamente perfeitas, cada uma na sua ordem, ordem necessariamente determinada pelos respectivos fins ; donde é ocioso concluir que a objectiva dignidade destes fins determina, não menos objectiva e necessariamente, a absoluta superioridade da Igreja.

... Não é, pois, a organização católica na Itália que se submete á soberania do Estado, mesmo em condições de particular favor ; mas é o Sumo Pontífice, a suprema e soberana autoridade da Igreja, que dispõe

aquilo que julga poder e dever fazer-se, para a maior glória de Deus e para o maior bem nas almas, e no pior dos casos (que está bem longe de ser o Nosso) para a menor ofensa de Aquele e menor mal destas.

...Como se a Igreja alguma vez tivesse pedido ao Estado que renunciasse ao direito e à autoridade que legitimamente lhe competem, quando o que é certo é que a Igreja foi sempre reconhecida como o sustentáculo de um e de outra, sobretudo nos momentos críticos e difíceis; quando a Igreja nunca pediu, nem pede agora ao Estado, mais do que o seu direito incontestável à justa e ordenada cooperação com ele, para o bem comum segundo a justiça e a ordem dos fins.

...O Estado nada tem a temer da educação dada pela Igreja e debaixo das suas directivas; foi esta educação que preparou a civilização moderna, em tudo o que ela tem de realmente bom, em tudo o que ela é de melhor e de mais elevado.

...«Estado católico», diz-se e repete-se, mas «Estado fascista»; tomamos nota, sem dificuldade e até com muito gosto, já que isto quer dizer indubitavelmente que o Estado fascista, tanto na ordem das idéas e das doutrinas como na ordem prática, nada quer admitir que não esteja de acôrdo com a doutrina e com a prática católica; sem o que o Estado católico não seria nem poderia ser possível.

...temos no entanto que recordar e declarar que, segundo os Pactos subscritos, o Tratado não é o único que *não pode* ser objecto de discussão; ou para melhor nos explicarmos, o Tratado e a Concordata, tanto segundo a sua letra e espírito como por entendimentos explícitos, orais e escritos, são complemento necessário um do outro, e um do outro inseparáveis e indivisíveis. Daí resulta que *simul stabunt, simul cadent*, ainda que, em consequência, devesse cair a cidade do Vaticano com o seu Estado: pelo que nos diz respeito e com o auxílio divino, as suas ruínas deixar-nos hiam impávido.

Se falamos assim, não é porque Nos tenha abandonado, ou esteja a ponto de abandonar-Nos aquele justo e razoável optimismo que é necessário à vida; é para dizermos apenas que estamos tranquilamente, e desde esta hora, resignados e prontos a tudo aquilo que a divina Providência queira ou permita.

...sem o auxílio de Deus, em vão trabalham os que edificam a casa, ainda que trabalhem longamente e com paciente e meticulosa diligência.

de Letras

OS VÍNCULOS ETERNOS por Manuel
Ribeiro.

Quiz Manuel Ribeiro nos «Vínculos Eternos» «estabelecer uma discussão sobre o valor normativo da Ciência, e muito especialmente frisar que o idealismo, de base racionalista, não pode obter atitudes morais tão vincadas como a Fé religiosa». Tese difícil, encarar o valor normativo da Ciência, já tinha seduzido Bourget que no seu *Le Disciple* nos deu uma obra de formidável penetração analítica.

O Sr. Manuel Ribeiro retoma essa tese, cuja actualidade permanece, mas pondo a Ciência em frente do idealismo revolucionário, para chegar à conclusão de que se excluem e de que as aspirações morais da alma humana só têm plena satisfação na doutrina católica, pois se a Ciência esborôa facilmente os sistemas baseados no racionalismo, «nada pode contra Deus, simplesmente porque o não alcança».

Assistimos em todo o romance ao drama de inteligência que se passa em Mateus, idealista revolucionário que procurou certeza na Ciência, para só verificar a falência dos seus ideais e o absurdo duma moral científica. A pouco e pouco, não sem reacções tenebrosas, como a que lhe provoca a paixão por D. Augusta, Mateus abre-se à verdade absoluta que se entrevê trazida pela mão doce e suave de Maria Carlota.

Instrumentos desta trajectória espiritual são dois: um o sábio Dr. José Torres, figura estranha e incompreensível, que aceita a Religião sem possuir a Fé, que pratica, porque reconhece a necessidade de crer e porque a Ciência só lhe oferece dúvidas e incertezas; outro, figura bem mais humana, o abade Miguel, cujo bom senso e bondade evangélica são avivados em traços caricaturais e cuja acção providencial obeta à queda irreparável de Mateus.

Entre as longas discussões filosóficas

e científicas, que prejudicam o romance como tal (o que o autor da «Batalha nas sombras» talvez pudesse ter evitado), as personagens aparecem-nos com os seus caracteres próprios, mais ou menos bem vincados, mais ou menos verosímeis. Mateus é o homem cerebral que começa a nascer para a vida afectiva, entre a estima forte do abade, a paixão pecaminosa de D. Augusta e o amor puro de Maria Carlota; o Dr. Torres é o cientista sêco, conservando os velhos hábitos do professor, tendo a iluminar-lhe a velhice a sobrinha Maria Carlota, que nos aparece discretamente para ficar em maior realce a sua terna suavidade; D. Augusta é a mulher fútil e sensual, produto duma educação defeituosa; José Pedroso, imagem do político dos partidos, filho da democracia, um safado moral, sem sombra de escrúpulos; e finalmente o abade, de fé robusta e simples, naturalmente cristão.

Revela o ilustre escritor nesta obra, talvez inferior de expressão psicológica quanto a alguns personagens, as suas qualidades de bom prosador, com imagens felizes e um penetrante sentido da paisagem (do que já nos dera bons exemplos em «A Revoada dos Anjos» e «A Planície Heroica»), estilo corrente e claro, bem português, sem contorções de linguagem.

O livro é tanto mais interessante quanto o que nêle se descreve não é senão a evolução mental do seu autor. Èle próprio o insinua, nas seguintes palavras cheias de nobreza com que fecha uma discussão travada no *Diário de Notícias* com o Sr. Campos Lima:

«Se desacompanhei em ideais Campos Lima, foi porque me não deixei ficar no nebuloso e abstracto das concepções humanitárias, que não têm base firme.

A Ciência abriu-me os olhos em matéria social e varreu todo o misticismo racionalista que me empolgava, de tal sorte que a minha idealidade ingénita teve que alicerçar-se em mais sólidos fundamentos, para eu poder ser lógico e

coerente em toda a linha das minhas aspirações morais».

Por isso mesmo «Os Vinculos Eternos» são uma obra viva, cheia de luminosas sugestões e de alto valor educativo.

E' digno de louvor o esforço reconstitutivo de Manuel Ribeiro que transpôs

para este livro o drama de muitas almas nobres, enleadas no scientismo racionalista, e que, podendo fazer melhor como romance, não quiz sacrificar a intenção superior à obra de arte literária.

L. R. A.

ao ritmo da Ampulheta

NÓS, A SEARA E... O 9 DE ABRIL

No n.º 161 da «Seara Nova» lê-se a nosso respeito o seguinte :

«Escreveu se na «Política», órgão da Junta Escolar de Lisboa do Integralismo Lusitano — n.º 1, ano 1, 1929 :

«Nesta data no ano de 1918 foi escrita pelos políticos que governavam em nome da República contra a nação uma página de luto...»

No fim, e fóra a rubro na capa exangue, a Cruz de Cristo das Caravelas e dos combates que fizeram o nosso resgate e a glória da nação!

Como entender aquelas palavras? — Que insuficiência mental, que desorientado patriotismo, que pobre ódio sectario, estreito e negativo, sem visão nem nobreza, permittiu se escrevem, hoje ainda, palavras como aquelas?

Peritencemos ao número dos que, em mais dum integralista, á falta de mais desinteressada intelligência ou mais puro patriotismo que o nosso, reconhecemos um patriotismo igual.

E, ao lêr aquelas pobres palavras, como compensação, recordamos camaradas da guerra; monárquicos que ao nosso lado se bateram, irmãos nossos, fieis á Pátria, e cujo patriotismo pôde entender como, na Flandres, os portugueses se bateram pela Pátria, defendendo o Ultramar Português — homens que eram portugueses e traziam no peito a Cruz das Caravelas... — A. C.»

Fiel aos seus processos, a «Seara» falseou e truncou as nossas palavras. Eis-las pois na íntegra :

«Nesta data no ano de 1918 foi escrita pelos políticos que governavam em nome da República contra a Nação uma página de luto.

E foi escrita pelo Exército uma página de inútil mas gloriosa bravura.

E o Mundo viu mais uma vez como costumam morrer os soldados de Portugal.

Honra aos que tão heroicamente se bateram ao lembrar-se de que eram portugueses».

Poderíamos passar em claro as palavras grosseiras e tolamente descabidas que nos dirigiram. As duas transcrições que fazemos constituem por si a nossa melhor resposta. A consideração que temos por nós próprios força-nos, porém, a um breve comentário, ou esclarecimento, supérfluo embora.

E' ou não verdade que fomos derrotados na batalha do 9 de Abril?

E' ou não verdade que as nossas tropas se bateram bravamente?

A quem pois a culpa da derrota, sr. A. C.?

Desejamos que o sr. A. C., em nome da Verdade, responda àquelas perguntas.

Porque no 9 de Abril fomos derrotados, entendemos que essa data é uma página de luto.

Porque a *bravura* das tropas não logrou impedir a *derrota*, a apelidámos de *gloriosa e inútil*.

Porque as tropas cumpriram heroicamente o seu dever, não lhes podemos atribuir a *derrota*. Logo... *quod erat demonstrandum*.

Que insuficiência mental a sua, sr. A.

POLITICA

C., que desorientado patriotismo o seu! Que pobre ódio sectario, estreito e negativo, sem visão nem nobresa, lhe permitiu comentar pela forma por que o fez as nossas modestas, mas sinceras e justiceiras palavras?

Onde está no que escrevemos uma alusão, vaga sequer, à questão da salvaguarda do Ultramar Português, pela intervenção no *front* da Flandres?

Mas já que o sr. A. C., desvirtuando as nossas palavras, nos quiere levar para aí, desde já o emprazamos a que nos demonstre:

a) que a nossa intervenção no *front* europeu salvaguardou o Ultramar Português;

b) que foi êsse o principal objectivo do famigerado «quarteto catastrófico».

Apenas mais umas palavras, sr. A. C. e srs. Seareiros:

Estamos habituados a não receber, nem permitir, lições de patriotismo seja de quem for; muito menos as receberemos de quem não tem autoridade para no-las-dar.

Não costumamos apregoar patriotismo por um lado e pedir a intervenção estrangeira por outro.

Os homens que acamaradam com o brasileiro Bernardino Machado e com José Domingos dos Santos, não podem falar connosco sobre patriotismo.

Os homens que movem na imprensa estrangeira uma campanha de descrédito contra o governo do seu país e os que com êles se solidarizam, não tem autoridade moral para invocar o sangue português derramado na Africa e na Flandres.

O patriotismo da Seara!... Mas a quem pretendem os srs. iludir?

ACUSAÇÕES... GRATUITAS

Numa sessão de homenagem a Francisco Luís Gomes, que há tempos se realizou, falou o sr. António Ferrão. Era, pela sua natureza, uma sessão em que os oradores deviam timbrar pela elevação do pensamento e de linguagem, cónscios da sua responsabilidade pelas palavras proferidas na quele momento. O sr. António Ferrão é que não esteve pelos ajustes e, segundo lemos na *Voz*, a sua

homenagem a Francisco Luís Gomes consistiu em insinuar que o livro dêste sobre Pombal é um panegírico do Marquês, quando, na verdade, êle «constitui porventura a primeira tentativa de redução do perfil do Marquês às suas proporções naturais.» Numa sessão de homenagem deturpar-se o sentido da obra da pessoa a quem se presta homenagem, já é duma honestidade intelectual pouco recomendável!

Mas o sr. Ferrão não se contentou com isto e, terçando armas pelo Marquês de Pombal contra os que mais severamente têm apreciado a obra do discutido estadista que expulsou os jesuítas por serem «monarcómacos e sequazes dos republicanos», fez a Camilo a acusação inaudita de ter recebido cem libras *para escrever* o «Perfil do Marquês de Pombal»! O sr. Fernando Campos, em carta para *A Voz*, convidou o sr. Ferrão a provar o que disse. Até à data em que escrevemos, o *cidadão* não acudiu ainda ao convite. Diferiu a questão, prometendo para breve (mas já vai demorando) uma conferência sobre o assunto.

Et voilà comme on fait l'histoire... Voltaire e a maçonaria recomendam aos seus apaniguados a mentira, a calúnia, «pois da mentira sempre alguma coisa fica.» O processo continua a ser seguido.

Já o sr. Júlio Dantas, reeditando uma afirmação caluniosa para o grande Rei que foi o sr. D. Carlos I, se viu forçado a gaguejar em face da intervenção de Rocha Martins.

Agora é o sr. Ferrão... Que nos diga a verdade toda, que só êle conhece, se a sua atitude não é antes uma habilidade!

Ora o fabricante de... histórias!
Passe bem, sr. Ferrão...

COMBATENTES DA GRANDE

GUERRA

Política saúda os valorosos combatentes portugueses, há dias reunidos em congresso, fazendo votos pela satisfação das suas justas reivindicações. Mas quiere salientar, sobretudo, a dívida que o Estado, em nome da Nação, tem para com os mutilados da guerra e as viúvas

e orfãos dos combatentes que na guerra perderam a vida.

E finalmente, como todos combateram por Portugal, nossa Pátria, entende que não deve haver distinção entre os que se bateram na guerra com a Alemanha, quer na terra estrangeira da Flandres, quer nas conquistas portuguesas de Africa, que o inimigo pôde talar, por culpa de governos anti-nacionais e de ministros como o «venerando» snr. António José d'Almeida (não falando no «quarteto catastrófico»), e os que também arriscaram a vida em campanhas anteriores.

Todos merecem da Pátria.

NUN' ALVARES

Em 24 de Junho de 1360 nasceu Nun'Álvares Pereira, o herói da nossa independência. O Santo Condestável é o tipo mais representativo da nossa raça de guerreiros e de santos. Modêlo glorioso para todos os portugueses, especialmente para a mocidade, aqui o apontamos enternecidamente, recordando uma data que deve estar no coração de todos os que têm o verdadeiro amor da Pátria, «não movido de prêmio vil, mas alto e quasi eterno». Tudo sacrificou, até os laços de sangue, pela terra portuguesa. E quando uma vez sua mãe se fez portadora de propostas aliantes para o levar a combater por D. João de Castela, êle limitou-se a responder, em toda a simplicidade do seu grande coração: «Deus não queira que por dádivas e largas promessas eu vá contra a terra que me criou. Por ela morrerei e darei o meu sangue». Como guerreiro, é o herói insigne dos Atoleiros, de Aljubarrota e de Valverde. Profundamente religioso, em Deus procurou sempre o apoio para as suas empresas. E quando a independência foi assegurada, Nun'Álvares recolheu ao convento do Carmo, que tinha fundado, acrisolando ainda mais as suas virtudes. Viveu e morreu santamente. Hoje, por decreto do Santo Padre Bento XV, está beatificado, e é o grande Padroeiro de Portugal na côrte celeste.

Quanto mais fervoroso e mais se alargar o culto de Nun'Álvares, mais firme é a nossa fé nos destinos de Portugal,

que teem como primeira condição a coesão moral à volta de tamanho vulto.

Suba, pois, dos nossos corações a jacularia formosíssima:

— Beato Nuno de Santa Maria, rogai a Deus por Portugal.

CAMÕES

Tendo perdido a oportunidade, devido ao atrazo com que sai a nossa revista, qualquer referência à festa nacional de 10 de Junho, que celebra em Camões o valor da Raça, limitando-nos a deixar aqui uma simples recordação para essa data e a exprimir o nosso aplauso por tudo o que tenda a exaltar o sentimento nacional, na lição e no estímulo que nos vem do Passado.

Prova-se mais uma vez que uma nação não pode existir sem Tradição.

Pátria, terra patrum!

DUAS ANEDOTAS

Transcrevemo-las de *La Croix*. Vão mesmo em francês, para não perderem o sabor original:

Renandel—Alors, vous allez appliquer nos théories sur le désarmement?

Mac Donald—Oui, mas pas en Angleterre.

— Êtes-vous toujours antiféministe?

Blum—Si nous étions sûrs que les femmes votent comme en Angleterre, il faudrait leur accorder le droit de vote tout de suite!

UM CHEFE DE ESTADO

Dizem os jornais que o general Gomez, que foi durante 20 anos presidente da república da Venezuela, foi reeleito mais uma vez para o alto cargo, mas renunciou a exercê-lo.

E' decerto um caso único ou, pelo menos, raríssimo, o de um presidente duma República que exerça esta função por 20 anos consecutivos. Ao general Gomez se atribui toda a prosperidade de que a Venezuela goza. Vê-se aqui nitidamente a vantagem da continuidade do poder e da autoridade efectiva, pois as informações acrescentam também que

POLITICA

o general Gomez governou «com mão de ferro.»

País novo, sem tradições, atravessando o período critica da formação, cremos que a Venezuela, como a maior parte das pequenas repúblicas sul-americanas, foi também vítima de guerras civis e de discórdias prolongadas. Como no México o general Diaz, pôs-lhes cõbro na Venezuela o general Gomez. Assim pôde um país nessas condições, reconhecendo a vantagem do que forma a essência da Monarquia (e tanto que muitos Estados republicanos, como o nosso, não admitem a reeleição), levantar-se e progredir.

Se o general Gomez fõsse o elo duma dinastia, por muito duro que lhe fõsse o officio do govêrno da nação, ali permaneceria, ao menos para que o filho e sucessor encontrasse um caminho desimpedido e fácil na sua frente.

Assim... quem nos dirá a nós que a

Venezuela não vai entrar de novo num período de convulsões?

Foi o que succedeu logo após a queda de Diaz, que governou 30 anos no México.

ESTÃO VERDES...

Quando o placard de *O Seculo* afixou a noticia de que tinha sido ratificado oacõrdo de Latrão, um dos transeuntes, depois de lér, dizia a um compa-nheiro:

—Eu tinha a maior alegria com o rompimento daquela *porcaria* (sic) entre o Quirinal e o Vaticano...

Conservamos a linguagem original, com tôda a sua elegância democrática, que faz destacar mais ao vivo o sentir e a maneira de ser dos personagens.

Bem pode o sr. Camacho amesquinhar os acõrdos de Latrão. Já sabemos: estão verdes...

aos nossos Leitores

O periodo de exames que se tem estado atravessando tem-nos impedido de prestar à nossa revista, toda a atenção que desejaríamos. Daí a irregularidade da saída. Em todo o caso, o manter a sua publicação numa altura em que é costume suspenderem-se as publicações académicas, representa um esforço e um sacrificio, que estamos certos, será devidamente apreciado.

Findos como estão quasi os trabalhos escolares a nossa revista passará de hoje em diante a sair com regularidade.

E' necessario que os nossos leitores nos ajudem e correspondam á nossa bõa vontade. Para que «Politica» tenho uma vida desafogada e livre basta que cada um dos nossos estimados assinantes. nos arranque, pelo menos, uma nova assinatura.

Crêmos que não é pedir muito. No combate em que andamos empenhados, só dos nossos leitores e amigos nos pode vir a ajuda e o incentivo. Aproveitamos a ocasião para lembrar mais uma vèz que nos seja comunicado qualquer mudança de direcção.

Vão sêr enviadas á cobrança as assinaturas da provincia. Paga-las pontualmente é uma maneira dos nossos assinantes nos pouparem despesas e trabalho.

Aos nossos camaradas, Francisco da Cunha Leão e Alvaro Viegas de Oliveira que teem sido incansaveis em angariar-nos novas assinaturas, o nosso mais vivo reconhecimento. A todos os nossos amigos que nos teem endereçados palavras de incentivo, abraçamos cordalmente, afirmando-lhes que nos não pouparemos a esforços para correspondermos a tantas atenções recebidas e para fazermos de «Politica» um baluarte do bom combate pela Verdade politica portuguesa.

CABRAL SACADURA
Interno de Cirurgia dos Hospitais Civis
PARTOS—SIFILIS
CONSULTAS—**Largo José Fontana, 12-2.º**
ÀS 16 HORAS

DR. MÁRIO CARDIA
MÉDICO DOS HOSPITAIS
Doenças das senhoras. Partos. Cirurgia.
Tratamentos pelo rádio e electricidade
AVENIDA DOS ALIADOS, 41, 1.º — **PORTO**
TELEF. 4907

MIRA DA SILVA
MÉDICO
AV. ALMIRANTE REIS, 57-A, 1.º
LISBOA

DR. COSTA FELIX
INTERNO DE CIRURGIA DOS HOSPITAIS CIVIS
CONSULTAS
LISBOA: Rua 16 de Outubro, 33 — Tel. C. 2850
ÀS 14 H.
DAFUNDO: R. Paulo Duque
ÀS 1, 3 H

AFONSO LUCAS
ADVOGADO

RUA ARCO DO BANDEIRA, 70, 2.º
TELEFONE C. 642
LISBOA

EXAMES EM OUTUBRO
(Admissão á Universidade)

Prepara na secção de sciencias
o conhecido professor de matematica
Reis d'Azevedo

R. DA FÉ, 12, 2.º — TELEFONE N. 3799

MARTINHO NOBRE DE MELLO
ADVOGADO
RUA DE SANTA JUSTA, 82, 2.º
Telef. N. 4952
LISBOA

A. NUNES E SILVA
ADVOGADO
TEL. C. 642
RUA ARCO DO BANDEIRA, 70, 2.º
LISBOA

No proximo numero

FASCISMO E CATOLICISMO II — *J. Pequito Rebelo*
DEANTE DOS PELOURINHOS — *Luiz Chaves*
POLITICA ACADEMICA
PUBLICAÇÕES RECEBIDAS
etc., etc.

POLITICA vende-se em Lisbõa nas **Livrarias:**

Ferin — R. Nova do Almada, 74
Aillaud e Bertrand — R. Garrett, 73

e nas **Tabacarias:**

Barbosa — R. do Carmo, 67
Adamastor — R. 1.º de Dezembro, 2-B
do *Suisso*
da *Brazileira do Rocio*
Havaneza Camões — R. Conde de Redondo, 43
Manoel Costa — R. Conde de Redondo, 88-96

